

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### MENSAGEM Nº 1678, DE 2000

*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade da Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo-Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.*

**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relator:** Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ

## I - RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Presidente da República, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, submete à consideração do Congresso Nacional o texto da *Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais*, aberta a assinaturas na cidade da Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo-Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Conforme a exposição de motivos dos Exmos. Srs. Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, que acompanha a presente Mensagem, a Convenção “reflete a posição concertada dos países membros da OEA e representa, sobretudo, um exemplo de convergência de

interesses no continente”.

A referida Convenção tem por objetivo “contribuir mais plenamente para a abertura e transparência regionais na aquisição de armas convencionais mediante o intercâmbio de informação sobre essas aquisições, com o propósito de promover a confiança entre Estados das Américas”.

Os Estados Partes na Convenção assumem o compromisso de elaborar relatórios anuais de informação sobre importações e exportações, especificando a quantidade e o tipo de armamento, o país de origem do armamento ou o país de destino deste, conforme o caso. Comprometem ainda os Estados a intercambiar informações sobre as aquisições de armas convencionais, seja por importação, seja por produção nacional.

Todas as informações deverão ser prestadas anualmente ao depositário da Convenção, a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, a OEA, que deverá transmiti-las prontamente a todos os Estados Partes.

A Convenção admite reservas e entrará em vigor 30 dias após a data de depósito do sexto instrumento de ratificação

São abrangidas pela presente Convenção os seguintes tipos de armas convencionais: tanques de guerra, veículos blindados de combate, sistemas de artilharia de grande calibre, aeronaves de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra, mísseis e plataformas de lançamento de mísseis.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O sistema interamericano tem sido pioneiro na normatização de diversos temas sensíveis e polêmicos das relações internacionais. Com a presente Convenção, os Estados americanos aumentam o seu nível de comprometimento com a transparência em assuntos militares e sinalizam a disposição de eliminar os conflitos bélicos no continente.

A disposição internacional para o controle de armas já havia se transformado em resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1991, que criou registro de armas convencionais como um banco de dados aberto à participação voluntária de todos os membros da Organização. No âmbito da OEA, a assinatura da Convenção que ora apreciamos torna a matéria um compromisso expresso de cada Estado da região, o que é bastante louvável.

Pelo exposto, voto pela aprovação do texto da *Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais*, aberta a assinaturas na cidade da Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo-Nono Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ  
Relator

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001****(MENSAGEM Nº 1678, DE 2000)**

*Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade da Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo-Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade da Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo-Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º . Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ